

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.380 - MG (2018/0290365-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ALAN FERNANDES CABRAL**
ADVOGADOS : **GILMARA APARECIDA DE CASTRO GARCIA - MG096833**
ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI E OUTRO(S) -
MG075853N
RECORRIDO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **VALÉRIA DUARTE COSTA PAIVA E OUTRO(S) - MG088339**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Alan Fernandes Cabral, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 212):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTADO DE MINAS GERAIS. LEI COMPLEMENTAR Nº 100/07. INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.876. DEPÓSITOS EM CONTA VINCULADA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE.

- Considerando que o vínculo celebrado entre as partes submeteu-se ao regime jurídico administrativo, não são devidos os valores relativos aos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente sustenta violação do art. 19-A da Lei do FGTS, ao fundamento de que "[...] o que se busca não é transmutar em celetista o vínculo existente entre a parte Recorrente e a parte Recorrida, mas assegurar a concessão do direito à percepção de FGTS, legalmente assegurado. [...]" (e-STJ, fl. 255), se referindo ao seu contrato de trabalho com a administração pública estadual.

Pugna pela existência de dissídio jurisprudencial a respeito da interpretação do art. 19-A da Lei do FGTS consoante as razões acima.

Instada a se manifestar, a douta Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento do recurso.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento assentado pela Corte de origem alinha-se à jurisprudência do STJ no sentido de que o FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou

Superior Tribunal de Justiça

emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CF/1988. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RELAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. SUJEIÇÃO ÀS REGRAS DE DIREITO PÚBLICO.

O entendimento manifestado no acórdão estadual não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que o direito ao FGTS não é garantido ao servidor público admitido por contrato temporário excepcional, mas apenas para o trabalho oriundo de investidura em cargo ou emprego público, posteriormente anulado por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88. Desse modo, não há falar em direito aos respectivos depósitos. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.485.297/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2015)

Incide à hipótese o teor da súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator